

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.492 - SE (2019/0300206-1)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE**  
**AGRAVADO : ANTONIO PAULO DE JESUS**  
**AGRAVADO : WENDELL BOMFIM SANTOS**  
**ADVOGADO : PAULA DANTAS RODRIGUES - SE004859**  
**AGRAVADO : TIAGO GOMES DE AZEVEDO**  
**ADVOGADO : JOSÉ HUNALDO SANTOS DA MOTA - SE001984**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO**  
**PROCURADOR : ANDRÉ RIBEIRO LEITE - SE003717**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pelo **Ministério Público do Estado de Sergipe** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do mesmo ente federado, assim ementado (fls. 550/551):

*APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSELHEIROS TUTELARES QUE REQUISITARAM MARCAÇÃO DE EXAMES PARA 3 (TRÊS) PESSOAS MAIORES E CAPAZES, SENDO UMA DELA UM DOS REQUERENTES - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ART. 11 DA LEI Nº 8.429/1992 - AUTOR QUE NÃO LOGROU ÊXITO EM DEMONSTRAR, AINDA QUE DE FORMA MÍNIMA, QUE O S DEMANDADOS/APELADOS AGIRAM COM DOLO, AINDA QUE GENÉRICO, OBJETIVANDO A OFENSA DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO - À UNANIMIDADE.*

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta ofensa aos arts. 11 e 12, III, da Lei nº 8.429/92. Sustenta, em síntese, que "*se depura dos autos que há substrato capaz de comprovar a prática de ato de improbidade administrativa, consubstanciada na utilização irregular do munus de Conselheiro Tutelar pelos*

requeridos" (fl. 574)

Recebidos os autos nesta Corte, o Ministério Público Federal, em parecer de lavra do Subprocurador-Geral da República Rogério de Paiva Navarro, opinou pelo provimento do agravo (fls. 674/682).

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

O Tribunal de origem assim se manifestou acerca da conduta dos réus da subjacente ação civil pública por ato de improbidade administrativa (trechos do voto condutor do acórdão recorrido - fls. 553/556):

[...]

*Compulsando os autos, verifico que, de fato, foram realizadas as mencionadas requisições (fls. 28/41), contudo, em que pese todos os documentos apresentados e todas as alegações realizadas, entendo que não restou minimamente demonstrado que os apelados/demandados agiram com dolo, ainda que genérico, objetivando a ofensa dos arts. 131 e 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente e o art. 37, caput, da Constituição Federal.*

[...]

*Registre-se que incumbia ao autor demonstrar o dolo, ainda que genérico, dos recorridos de violar os arts. 131 e 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, requisito exigido para fins de enquadramento no artigo 11 e incisos da Lei 8.429/92, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça [...]*

*Ademais, consoante bem assentado pela Magistrada de primeiro grau, : in verbis*

*“(...) Os réus tomaram posse do cargo de conselheiro em 11/01/16 e realizaram curso de capacitação de 15 horas, e diante do acúmulo de serviço e da pouca instrução ao trabalho a ser realizado, sem intenção de fraudar o Erário, solicitaram a realização de exames para os munícipes (sendo um deles o próprio requerido) que necessitavam urgentemente daquele serviço e não tinham condições financeiras de arcar com os custos dos exames solicitados.*

*Assim, a requisição dos exames foi realizada em 25/01/16, poucos dias, após a posse do cargo, agindo os demandados sem o devido conhecimento das normas. Verifica-se, inclusive, que tal fato ensejou a penalidade de advertência verbal pela corregedoria do Conselho Tutelar, reprimenda proporcional aos atos praticados,*

**conforme documento anexado com a contestação.**

*Destaco, por fim, que ilegalidade não é sinônimo de improbidade, de tal forma que a presença daquela, por si só, não configura ato de improbidade administrativa. Deve haver, ainda, desonestidade, má-fé, falta de probidade por parte do agente público, bem como o conhecimento da ilicitude da sua conduta, o que não restou demonstrado no caso dos autos.*

*Neste diapasão, verifico que a conduta dos requeridos não configurou ato de improbidade ante a ausência de dolo ou má fé (no caso do arts .09 e 11 da lei 8.429/1992), ou ao menos de culpa (o caso do art.10 da lei 8.429/1992).*

*(...) Destarte, as provas produzidas conduzem à conclusão de que, embora irregular a conduta dos requeridos, não se verifica dolo ou culpa, bem como o efetivo dano ao erário, aptos a tipificar a conduta como ato de improbidade administrativa, pois os exames não chegaram ser feitos.*

*Portanto, levando-se em consideração os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, não há como os requeridos serem condenados por ato de improbidade.”*

*Logo, não havendo comprovação nos autos das condutas descritas no Apelo, não há que se falar em responsabilização dos Apelados pela prática de ato de improbidade.*

[...]

SEM

DESTAQUES NO ORIGINAL

De se ver, portanto, que, de acordo com a moldura fática delineada pelo acórdão recorrido, **não** restaram comprovados os elementos necessários à configuração do ato de improbidade de que trata o art. 11 da LIA, notadamente o dolo na conduta do réu.

Nesse contexto, diante das particularidades do caso em exame, para se dissentir das premissas adotadas pelas instâncias de origem, seria imprescindível o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator